



GT 021. Antropologia e tecnociência: teorias, métodos e perspectivas

Fabiola Rohden (UFRGS) - Coordenador/a, Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP) - Coordenador/a, Jane Araújo Russo (IMS-UERJ) - Debatedor/a, Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Guilherme José da Silva e Sá (Departamento de Antropologia - UnB) - Debatedor/a)

O objetivo deste GT ? promover a discuss?o sobre as interfaces entre ci?ncia, tecnologia, sociedade e poder, a partir da produ??o antropol?gica contempor?nea. Dessa forma, busca ampliar o espa?o de discuss?o do campo da Antropologia da Ci?ncia e da Tecnologia, tanto no sentido de consolidar debates em andamento quanto na inten??o de refletir sobre as perspectivas dessas investiga?es para o futuro. Temas como biossocialidades, biomedicaliza??o, pr?ticas de produ??o de conhecimento em laborat?rios e as interfaces entre conhecimentos cient?ficos e n?o cient?ficos t?m sido muito investigados em anos recentes. Ao lado desses temas, quest?es como as rela?es entre humanos-n?o humanos (dentro e fora de institui?es cient?ficas), redes de produ??o de ci?ncia e tecnologia e as intera?es entre "n?s" e cosmologias n?o ocidentais v?m dando cada vez mais densidade ? reflex?o antropol?gica. Ao lado da renova??o dos temas de pesquisa, antrop?logos/as envolvidos com a tecnoci?ncia v?m tamb?m ajudando a reconstruir teorias. Seja na cr?tica da Teoria Ator-Rede, ou no efervescente campo dos Estudos Sociais da Ci?ncia e da Tecnologia, temas como associa?es, performactivity e pol?ticas ontol?gicas v?m ganhando terreno na an?lise social, com forte participa??o de antrop?logos/as e do m?todo etnogr?fico. O GT buscar? reunir trabalhos que ajudem a construir uma reflex?o sobre o papel que a Antropologia vem tendo nesse cen?rio de reflex?es.

Os hormônios contraceptivos entre antigas e novas controvérsias: (re)negociações em torno de contracepção, gênero e saúde

Autoria: Bruna Klöppel

O presente work, fruto da minha pesquisa de doutorado em Antropologia Social em andamento na UFRGS, tem como objeto as controvérsias públicas em torno dos hormônios contraceptivos no Brasil. Lançados em 1960, seus efeitos foram alvo de controvérsia em diferentes mídias entre 1968 e 1980 (Pereira, 2016), sendo apenas no final da década de 1980 que um consenso foi obtido em torno de sua segurança. Entre 1990 e 2014, os riscos, quando apareciam publicamente, eram naturalizados e vistos como efeitos colaterais controláveis e mínimos quando em comparação às vantagens. Nesse mesmo período, os hormônios passaram a ser promovidos em seus efeitos extracontraceptivos: controle da menstruação e da tensão pré-menstrual, diminuição da oleosidade da pele e cabelo, diminuição de pelos, dentre outros (Nucci, 2012). Desde 2014, no entanto, a segurança da contracepção hormonal voltou a ser questionada publicamente, tornando-se alvo de controvérsias tanto na mídia tradicional quanto nas novas mídias sociais. Tendo em vista as pesquisas que indicam a centralidade dos hormônios nas explicações sobre corpo, gênero, sexualidade e saúde, verifica-se que há, por um lado, um aumento da propaganda e da prescrição de substâncias à base de hormônios para resolução de supostos problemas (Rohden, 2016; 2018) e, por outro, há um aumento da desconfiança em relação ao consumo desses mesmos hormônios, o que tem feito diversas mulheres jovens escolarizadas de classe média interromperem o uso da contracepção hormonal e se tornarem bastante críticas a ela (Klöppel, 2017; Santos, 2018). Dessa forma, meu objetivo nesse artigo é esboçar uma comparação entre as controvérsias públicas que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1980 e as que estão



se dando nos últimos anos. Quais as semelhanças e diferenças? O que fez com que a contracepção hormonal voltasse a ser questionada em sua segurança? O que está sendo renegociado? De que forma? Para responder a tais perguntas, realizo pesquisa documental em artigos científicos e midiáticos nos quais pesquisas e relatos de casos sobre efeitos adversos dos hormônios têm sido divulgados, observação participante em grupos no Facebook tratando da temática e em congressos de Ginecologia, além de entrevistas semiestruturadas com médicos ginecologistas, com uma representante farmacêutica e com mulheres críticas aos hormônios contraceptivos. Com o apoio dos estudos sociais da ciência e tecnologia, objetiva-se, com a descrição dos diferentes conflitos e estabilizações em jogo, mostrar algumas das ontologias políticas (Mol, 2007) dos hormônios contraceptivos. Dessa forma, busco compreender de que forma as performances assumidas por esses hormônios têm efeitos conformadores de fronteiras relativas a sexo/gênero, natureza e saúde.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

